

Direita, volver?! O declínio do conservadorismo no Brasil contemporâneo

Direita, volver?! The Decline of Conservatism in Contemporary Brazil

Thiago Moreira da Silva

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar um suposto avanço do conservadorismo no Brasil. Para tanto, muda-se o foco de análise: de elites políticas conservadoras ao eleitor brasileiro. O exame desse fenômeno é feito a partir de uma base extensiva de dados *survey*, de 1989 a 2014, e um modelo longitudinal de Teoria de Resposta ao Item, com abordagem bayesiana, a fim de captar as variações de preferências dos brasileiros nas três últimas décadas. Com efeito, argumenta-se que, embora exista de fato um predomínio de lideranças do tipo e uma maior publicização de movimentos de direita em âmbito nacional, o eleitorado do país está menos conservador.

Palavras-chave

Conservadorismo; Comportamento Eleitoral; Preferências Políticas; Análise de Congruência.

Abstract

This article aims to analyze a supposed conservative shift in Brazil. Therefore, the focus of analysis is changed from conservative political elites to Brazilian voters. The analysis of the phenomenon is grounded in a wide survey database, from 1989 to 2014, and a longitudinal model of Item Response Theory with Bayesian approach in order to capture changes in preferences of Brazilians in the last three decades. Thus, it is argued that while there is indeed a predominance of conservative leaders and a greater publicity of right-wing movements nationwide, the electorate in Brazil are less conservative.

Keywords

Conservatism; Voting Behavior; Political Preferences; Congruence Analysis.

Introdução

No ano de 2014 tivemos a disputa presidencial mais acirrada desde a fundação da Nova República, em 1988. A presidente Dilma Roussef (PT) superou seu principal adversário, o Senador Aécio Neves (PSDB), por pequena margem de votos (1,64%) e garantiu a própria reeleição e de seu partido que, salvo os descaminhos da política brasileira, completará 16 anos no comando do executivo federal. O conflito político por aqui, no entanto, está longe de ter sido encerrado com o fechamento do ciclo eleitoral.

Em dezembro, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) antecipava o quadro difícil que Dilma Roussef teria de enfrentar no próximo mandato:

o Congresso eleito em 2014, renovado em 46,59% na Câmara e em 81,48% em relação às vagas em disputa no Senado, é pulverizado partidariamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais (DIAP, Radiografia do Novo Congresso Nacional: Legislatura 2015-2019, 2014, p. 13).

Decerto, o mapeamento do Congresso Nacional indica a redução das bancadas dos partidos de esquerda e de centro-esquerda, aliados mais confiáveis do PT, comparado ao pleito de 2010.

Se, como diz o velho ditado, o ano no país começa somente depois dos festejos carnavalescos, em março de 2015, abriu-se alas às manifestações populares. De pierrôs e colombinas a opositores do governo Roussef. As ruas, então, se avolumaram conforme o passar do tempo, e os clamores populares têm no *impeachment* da recém empossada presidente o ponto fulcral. O perfil dos ativistas revela outra novidade: desta vez não são os movimentos sociais de sempre que desfilam seus estandartes. O enredo dos protestos, harmonizado pelas supostas “pedaladas fiscais” e pela investigação da operação Lava-Jato, é interpretado por manifestantes vinculados à direita do espectro político.

Saindo das vias públicas para a política institucional, o exercício da nova legislatura acompanha o ambiente propício e vem desengavetando pautas conservadoras: a redução da maioria penal, mecanismos de terceirização do mercado de trabalho e o instituto que privilegia um concerto familiar dito tradicional. Elites conservadoras no Brasil, sem dúvida, avançam em suas medidas. No entanto, é

possível afirmar que, em geral, os brasileiros têm ficado mais conservadores com o passar dos anos?

O exame longitudinal do conservadorismo é, portanto, o foco do presente trabalho. Para estimar tal oscilação, opta-se por uma análise exaustiva das preferências de eleitores declaradas em pesquisas de opinião, investigadas de 1989 a 2014. A medida compósita, tratada de forma agregada, inclui uma multiplicidade grande de temas, que variam de perguntas relativas à condução da economia, passando por aborto e homossexualidade, a posturas autoritárias de gestão política. Os resultados indicam que o avanço em questão não está relacionado ao aumento das inclinações conservadoras da população.

Com a intenção de testar essa teoria, o artigo se divide em quatro partes. Na primeira, é considerada a literatura mais recente acerca do tema. Posteriormente, a introdução teórica e metodológica do tratamento empírico dos dados. Por fim, o diagnóstico das mensurações na quarta parte e algumas reflexões finais para apontar caminhos de uma nova agenda de pesquisa.

O renovado interesse no conservadorismo

Nos últimos anos, pesquisas sobre o conservadorismo ganharam força nas Ciências Sociais, muito em virtude do êxito eleitoral que lideranças políticas conservadoras obtiveram em diversos países. O fim do consenso em torno do Estado de bem-estar social, debilhado no final da década de 1980, impôs duras derrotas aos tradicionais partidos social-democratas, especialmente em solo europeu. Como ratifica Comparato (2014), o voto em agremiações de extrema-direita no continente triplicou nesse período, com tendências crescentes em cada pleito.

Nas eleições para o Parlamento Europeu em 2014, partidos de extrema-direita alcançaram a maioria das escolhas eleitorais com o francês Frente Nacional (FN), o britânico Partido da Independência (UKIP) e o dinamarquês Partido Popular (DF). Liga Norte (LN) e o Partido da Liberdade (FPÖ) também se consolidaram como importantes atores políticos na Itália e na Áustria, respectivamente. Grosso modo, essas legendas compartilham uma agenda que combina o neoliberalismo econômico – cujos motes são o drástico cerceamento do papel do Estado no gerenciamento da economia, a desregulamentação do setor privado e a reestruturação do setor público – com uma concepção da vida social calcada nas ênfases da lei e da ordem e o retorno a valores tradicionais (BETZ, 1993).

Na América Latina, no entanto, esse avanço aconteceu de maneira diferente. O predomínio neoliberal nos anos 1990, garantido pelo Consenso de Washington, tornou dispensáveis os dísticos conservadores para a implementação de políticas de mercado. Naquelas circunstâncias, a guinada na condução econômica originou-se de lideranças ligadas a partidos tradicionalmente estatistas, que violavam suas promessas de campanha em prol da aplicação posterior de políticas impopulares (STOKES, 2001). Nesse sentido, Middlebrook (2000) conclui que

as elites econômicas e sociais frequentemente exerciam uma influência mais significativa através de escolas privadas e universidades, centros de pesquisa, controle dos meios de comunicação de massa e instituições culturais do que por meio de partido conservadores (MIDDLEBROOK, 2000, p. 290, tradução do autor).

Com efeito, nem só as estruturas de poder institucionalizadas, tampouco o âmbito econômico, devem guiar uma definição sobre o conservadorismo. Neste trabalho, por conseguinte, opta-se por uma acepção ideológica e multidimensional. A assertiva justifica-se em virtude de uma diferenciação proposital de enquadramentos de tipo sociológico. Nesse caso, leva-se em consideração a abordagem de Gibson (1992), segundo a qual o horizonte da direita está vinculado, necessariamente, a um estrato social determinado – a saber, as camadas mais altas da sociedade. Sem maiores delongas, a comprovação empírica desse argumento no Brasil não resistiria a qualquer contrafactual mais exigente: notadamente, são os mais pobres que costumam sustentar as hostes conservadoras (MONTERO, 2014).

Assim, a investigação de um escopo ideológico delimita com maior acuidade o tema em questão. Apesar de os conceitos guardarem traços nacionais e variarem de significado conforme o tempo (KITSCHIEDT e HELLEMANS, 1990), pode-se chegar a alguns denominadores comuns. E, para isso, vale destacar as pesquisas que salientam o suposto de uma organização multidimensional das crenças políticas (FELDMAN e JOHNSTON, 2014). Isto é, os cidadãos comuns combinam preceitos políticos de diferentes formas e, somente a partir do exame dessas estruturas, cabe fazer inferências atinentes a grupos ideológicos que melhor se ajustam os indivíduos.

Nessa literatura, a divisão estrutural mais corrente sublinha a separação dos âmbitos econômico e social. Ou seja, normalmente as pessoas concebem as duas dimensões de acordo com matrizes psicológicas distintas (ZUMBRUNNEM e GANGL, 2008). Os conservadores seriam aqueles que conjugam pressões cruzadas em relação à conduta ideal do Estado: na área econômica, rechaçam a intervenção

estatal em prol da atividade de livre-mercado. Na dimensão social, defendem a regulação de comportamentos concebidos como inadequados – o aborto, a homossexualidade, entre outros.

O mapeamento descrito guarda a vantagem de matizar de modo mais sofisticado os grupos ideológicos, já que isola a categoria do guarda-chuva compreendido genericamente como “direita”. Nesse sentido, o grupamento se distancia dos liberais (*libertarians*), cujas preferências colocam a configuração estatal em segundo plano nas duas dimensões; e da maior parte da esquerda, desejosa de um Estado forte na economia e de menor intervenção nos costumes.

Essa definição mínima, conquanto satisfatória, pode ser complementada com uma análise que enfatize melhor as especificidades do caso brasileiro, afinal, as lutas políticas se revestem de linhas conflitivas diferentes conforme os contextos. Isto posto, o acréscimo de mais uma dimensão, relacionada ao modelo de democracia, praticado cá por esses lados, se ajusta melhor à categoria em pauta.

Desde o início dos anos 1980, com os partidos de esquerda novamente autorizados a se envolver na cena política nacional, o adensamento da democracia foi posto em jogo no país (GOLDFRANK, 2011). O estatuto da representação seria combinado com práticas de democracia direta, especialmente em nível municipal, com o objetivo não só de aprofundar o sistema político, mas também de consolidar alianças com os movimentos sociais. Tal diagnóstico corrobora observação anterior de Singer (1999), segundo a qual, na tentativa de encontrar os meios a fim de atingir uma maior igualdade, a direita reforçaria a autoridade do Estado para que o intento não prejudicasse a promoção da ordem; enquanto a esquerda contestaria essa autoridade em casos de repressão por parte dos governos a movimentos sociais e políticos igualitaristas.

Se, portanto, a literatura internacional sugere o uso de pelo menos duas dimensões – uma econômica e outra social – com a finalidade de observar a estrutura das crenças ideológicas; no Brasil, um componente adicional precisa ser considerado nessa análise, que remete ao apoio a uma tradição autoritária de fazer política. O comportamento e as visões de mundo dos eleitores usualmente são moldados pela competição intra-elites, isto é, afetam os primeiros ao ativar clivagens específicas e fornecer as informações concernentes aos termos em disputa. Acredita-se, por conseguinte, que o componente da expansão democrática assuma um caráter de distinção entre a população brasileira.

Nessa perspectiva, ao longo do trabalho, os conservadores serão apresentados como indivíduos que conjugam preferências cruzadas na relação com o Estado nas dimensões econômicas e sociais e, sobretudo, valorizam o esforço dessa autoridade para que a condução da política ocorra sem o prejuízo da ordem. Por isso, defendem a limitação de mecanismos democráticos – como greves e outras manifestações populares – e alinham-se, por vezes, a meios ditatoriais de regime político.

A trajetória recente dos conservadores no Brasil

Se, como dito anteriormente, o predomínio neoliberal parecia inabalável nos anos 1990, os anos 2000 foram tempos mais difíceis para os conservadores. A reação popular às políticas implementadas nas duas décadas anteriores deu origem ao que, especialmente a literatura estrangeira, denominou “maré rosada” (*pink tide*). A crise econômica e, consequentemente, ideológica do neoliberalismo naqueles idos fez avançar governos com uma orientação à esquerda – embora mais moderada e ambígua, obrigada a adotar medidas que não confrontavam de todo os pressupostos liberais de funcionamento da economia (LEVITSKY e ROBERTS, 2013). Quando as condições internacionais se tornaram mais favoráveis e o *boom* das *commodities* propiciou um crescimento acentuado à região após 2003, a maior parte da América Latina já tinha depositado suas fichas nos artífices da nova onda. No final do decênio, Levitsky e Roberts (2013) constaram: “em 2009, aproximadamente 2/3 dos latino-americanos vive sob alguma forma de governo nacional com inclinações esquerdistas” (LEVITSKY e ROBERTS, 2013, p. 5).

A balança política na segunda metade deste decênio, no entanto, enseja uma nova pesagem e o retorno de uma frente de direita ganha relevo com a recente vitória de Mauricio Macri (PR) e as renovações dos parlamentos venezuelano e brasileiro. A bibliografia nacional sobre a extensão recente do fenômeno ainda é incipiente, porém registram-se novos esforços nessa direção, e aqui vale destacar a obra “Direita, volver! O retorno da direita e ciclo político brasileiro”, lançada em 2015. A bem da verdade, o livro usa os conceitos “conservador” e “direita” como termos intercambiáveis, aspecto refutado nas linhas anteriores. Contudo apresenta argumentos interessantes para o presente estudo. Entre eles estão as ideias de um “reagrupamento de forças no campo do conservadorismo” e a atenção dedicada à “reemergência de uma direita assumida”.

O primeiro ponto, destarte, enfatiza a reconfiguração do perfil do legislativo federal. Segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 115), “em 2014, a direita brasileira voltou a crescer no Parlamento, revertendo o movimento de queda

constante do número de representantes na Câmara dos Deputados que se observava desde 1998. Em 2010 os partidos conservadores ganharam 36,3% das cadeiras; em 2014, 43,5%. Os números apresentados, ratificados pela análise do DIAP, instigam o exame da base social desse avanço, já que, no fim das contas, cabe à constatação de uma guinada similar entre os eleitores.

O segundo ponto, conquanto perpassasse todo o volume, pode ser resumido assim por Kaysel (2015):

Talvez uma das grandes novidades do atual panorama político brasileiro seja a emergência de uma forte corrente, tanto nos meios político-partidários, *como na opinião pública em geral*, que se assume claramente como sendo “de direita”. Esse “orgulho direitista” recém-adquirido parece contrastar com a história de uma sociedade na qual, talvez pelos 20 anos de regime militar, a “direita” em geral assumiu uma conotação pejorativa (KAYSEL, 2015, p. 49, grifo do autor).

Isto é, o “volver à direita” teria como substrato não somente a conquista parlamentar de um maior número de cadeiras, mas seria edificado igualmente por um sentimento de “orgulho” renovado, algo esquecido em períodos precedentes, de uma identificação tida como negativa. Nesse raciocínio, a “graça” agora é se dizer de “direita”.

Não obstante a renovação deva ser discutida, cumpre assinalar que o conservadorismo é a “família política mais persistente do Império à Nova República” (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Sem voltar muito no tempo, Power (2010) trouxe à tona o vínculo de políticos desse espectro com expoentes do regime militar, reforçando a importância dos mesmos no período da transição democrática e as consequências para o novo regime fundado no pós-1988. Conforme o autor, o intercâmbio das lideranças explica as continuidades de longo prazo, essenciais ao sistema político brasileiro e um empecilho a reformas mais amplas, no sentido da redução das desigualdades sociais e da democratização da economia nacional.

O livro “Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases”, organizado por Mainwaring, Meneguello e Power (2000), percorre caminho semelhante ao mostrar a forma como dísticos de direita atingiram “um notável sucesso na manutenção do poder político”. A tese central da obra admite que, beneficiados pela ausência de ruptura com a ditadura civil-militar,

essa resiliente família política conseguiu assumir a direção dos rumos da abertura política, em aliança com as forças de oposição, ampliando sua base eleitoral – dependente menos das regiões pobres do que no passado.

Sobre o período mais atual, o da “maré rosada”, seria mesmo ingênuo supor que tais personagens tenham se tornado absolutamente irrelevantes no país (LUNA e KALTWASSER, 2014). As complexas coalizões que garantiram a governabilidade ao PT e a organização subnacional do poder conservador (MONTERO, 2014) asseguram esse estatuto de perenidade.

O objetivo das últimas pontuações, portanto, é evidenciar a durabilidade dessa tendência no país, argumento base para a resposta central deste artigo, que visa mensurar a flutuação de preferências conservadoras do eleitorado ao longo dos anos.

Mensurando o conservadorismo

Não obstante as pesquisas de opinião tenham se popularizado cada vez mais com o passar do tempo, dois aspectos principais dificultaram a capacidade dos cientistas políticos de medir as variações das preferências em um arranjo longitudinal: 1) a escassez de dados concernentes a questões de posição, o que impossibilitava até mesmo o uso de técnicas de redução mais simples, como a análise fatorial; 2) as poucas perguntas que aparecem nos questionários não exibem formulações similares em períodos subsequentes, tornando a análise ainda mais complicada. Essa dispersão dos dados *survey* forçou os especialistas a restringirem o escopo de investigação a um pequeno número de estudos acadêmicos com muitas variáveis ou a algumas questões em série consistentes ao longo do tempo.

Conquanto a resenha sobre a formação das preferências se inscreva numa lógica de intercâmbio entre representantes e representados, cabe ressaltar que as opiniões a respeito do jogo político não são fatores inertes, mas se movimentam com o passar dos anos. Não à toa, a literatura internacional, desde os anos 1980, tem procurado captar o compasso dessas transformações voltando sua atenção para os eleitores em nível agregado – os cidadãos como um todo, em vez de votantes individuais –, levando em conta o posicionamento do eleitor mediano. O objetivo, na maioria dos casos, consiste em entender *como* e *porque* elas se movem e, sobretudo, verificar possíveis relações de causa e efeito entre as oscilações na opinião pública e a responsividade dos governantes em atender as demandas da população

(PAGE e SHAPIRO, 1984)¹.

Essa nova concepção difere decisivamente da forma como a maioria dos especialistas interpretam as respostas do eleitorado. Os pontos principais são dois: ao contrário de uma leitura estática, privilegia-se, como dito anteriormente, o dinamismo; no lugar de postulados pouco elogiosos acerca da capacidade de entendimento das pessoas comuns sobre o mundo político, uma postura mais atenta ao que a literatura norte-americana costuma chamar de *issues* (assuntos próprios à política) e a possibilidade que os mesmos têm de afetar a vida pública (KINDER, 2006)².

Por conseguinte, da mais simples à mais complexa, serão ponderadas três medidas diferentes: a análise descritiva da escala de autopoicionamento ideológico e de questões de posição e uma adaptação da Teoria de Resposta ao Item (TRI) para lidar com dados agregados. Nesse sentido, o objetivo das linhas abaixo é responder à seguinte questão: em relação ao centro político, os brasileiros ficaram mais conservadores?

A escala de autopoicionamento ideológico

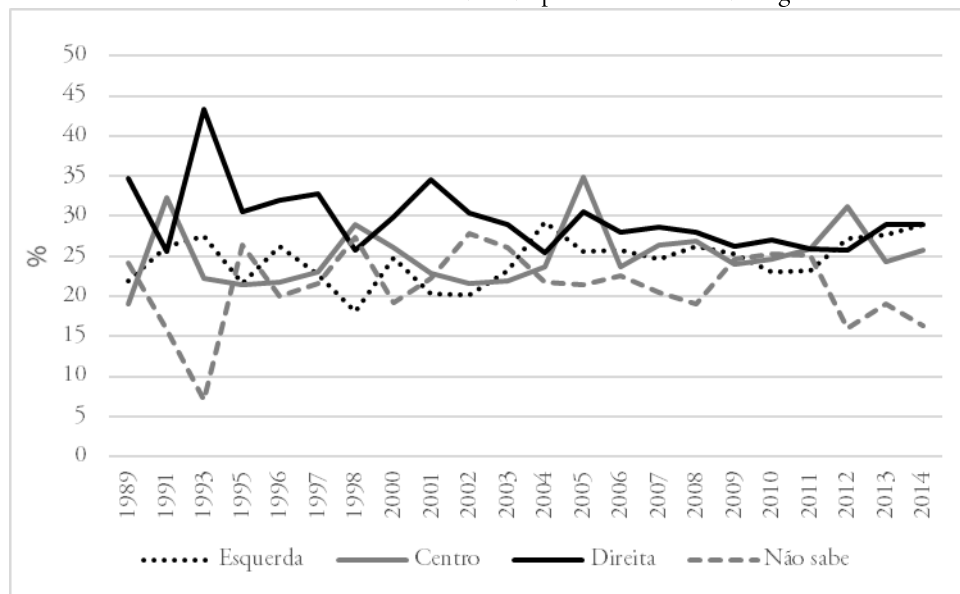
De antemão, a forma mais simples de agregar os dados é unir os itens relativos à escala de autopoicionamento ideológico, dispondo-os em uma conjuntura temporal (ver Gráfico 1). Com a finalidade de caracterizar as preferências ideológicas dos cidadãos, os cientistas políticos usualmente têm lançado mão de uma pergunta que pede aos pesquisados que se localizem em um contínuo esquerda-direita (SINGER, 1999)³.

¹ Stimson *et al.* (1995), por exemplo, analisam amplas séries históricas de opiniões conectadas às questões políticas e as consequentes mudanças ocorridas no tempo. É de formulação dos autores, inclusive, o conceito de “representação dinâmica” – análise que tem se desenvolvido de maneira intensa em período recente.

² Tal visão sobre o pouco conhecimento dos eleitores ordinários tem no trabalho clássico de Converse (1964) o seu principal bastião. Para o autor, a inconsistência da população no momento de responder perguntas simples demonstra a falta de capacidade dos cidadãos de emitirem opiniões a respeito de conteúdos do universo político. Somada à falta de estruturação, o balanço apontava também um desinteresse geral de aspectos da vida pública, o que levou Converse à conclusão da “inocência ideológica” dos indivíduos em geral.

³ Tipicamente, o item apresenta a seguinte configuração: “Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos ‘esquerda’ e ‘direita’ têm para o(a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala?” (LAPOP, 2010).

Gráfico 1 – Escala de Autoposicionamento Ideológico



Fonte: Gráfico estimado com dados de diversos institutos. Dentre eles: Datafolha, Fundação Perseu Abramo, Latino Barômetro, LAPOP, ESEB e World Values Survey.

O Gráfico 1 oferece alguns indícios interessantes. A proporção dos que “não sabem/não responderam” vem caindo na última década e, conseqüentemente, aumentado o número daqueles que se colocam em um dos lados, ou no centro, do contínuo. Esse dado vai, em parte, de encontro a uma preocupação de Carreirão (2007). Para o autor, com a formação heterogênea do ponto de visto partidário e ideológico das chapas presidenciais comandadas pelo PT a partir de 2002, as diferenças entre esquerda e direita foram diluídas no ponto de vista dos eleitores. Embora o questionamento acerca dos significados referidos pelos respondentes aos conceitos não deva ser descartado, a taxa de não respostas indica um substantivo decréscimo posterior a 2011.

Outra consideração a se fazer é que, historicamente, os eleitores se dizem mais de ‘direita’ do que de ‘esquerda’ – com uma variação entre 25% e 43% no primeiro grupo e 18% e 29% no segundo. No período estimado, os ditos esquerdistas superaram os ditos direitistas em apenas dois momentos, em 2004 e 2012. O fato, portanto, contraria, também parcialmente, as análises de Kaysel (2015) e companhia sobre a natureza renovada da identificação dos eleitores com a direita. Digno de nota: “na opinião pública em geral” ela sempre existiu, não é novidade.

Tal circunstância, entretanto, destoa da propensão dos parlamentares brasileiros se declararem mais à esquerda de onde realmente estão – ponto que reitera a outra parte da sentença de Kaysel. O fenômeno identificado em trabalhos anteriores como o da “direita envergonhada”, foi constatado por Rodrigues (1987) e Zucco Jr. (2011). Enquanto na investigação de Rodrigues um grupamento de apenas 6% dos legisladores revelavam um pertencimento à direita, Zucco mostra que somente 13,5% dos representantes se identificam à direita de seus partidos, aspecto que fortalece a ideia de um “desconforto” na classificação dos mesmos.

Por fim, ao examinar a tendência da curva que mais importa, a da identificação com a direita, percebe-se uma propensão de queda. Seu ápice, o início dos anos 1990, tende a refletir a crise ideológica da esquerda pós-queda do Muro de Berlim. O declive duradouro, por sua vez, se dá após 2002, época em que os governos do PT começam a dar as cartas na política nacional.

A escala de autopoicionamento ideológico, no entanto, apresenta sérias limitações. A primeira é de ordem conceitual: apesar de todos os conservadores serem de direita, nem todos os eleitores de direita são conservadores. Dentro desse escopo, pode-se incluir, por exemplo, os liberais⁴. A segunda tem a ver com a construção dos dados, já que os enunciados das perguntas não são idênticos e as escalas variam quanto ao número de pontos (7, 10 ou 11) de acordo com os institutos – o que causa viés na localização dos respondentes⁵. Para minorar esse efeito, calculou-se a média simples dos dados de diferentes pesquisas em um mesmo ano. Em terceiro, o alto índice de não respostas e, como acrescenta Almeida (2001), o desconhecimento semântico do significado das categorias mesmo entre os que respondem.

Questões de posição

Uma alternativa à análise do conservadorismo é a consideração daquilo que Donald Stokes (1963) denominou *questões de posição*. Na categorização do autor, elas se opõem às *questões de valência* – temas consensuais, ou seja, cujo mote se revolve de concordância por ambos os contendores do jogo político. Exemplos desta são as matérias almejadas pela sociedade em geral: inflação baixa, desemprego e índices de violência sob controle. Em contraste, questões de posição, tal qual reforça o

⁴ No Brasil, a categorização específica dos liberais como uma fatia do eleitorado ainda não foi analisada em profundidade. Nos EUA, no entanto, alguns trabalhos já dão conta do que comumente se caracteriza por *libertarian vote*. Ver, por exemplo, Boaz (2006).

⁵ A operacionalização da variável aparece no apêndice metodológico.

título, causam divisões entre os votantes – casos do casamento de pessoas do mesmo sexo, o papel do Estado na economia, a aceitação do aborto, etc. Se pensarmos em pontos ideais, quanto ao primeiro conceito, a sociedade estaria posicionada em um mesmo lugar, enquanto no segundo ela se dividiria em lados distintos – para ficar na metáfora espacial.

Nos Gráficos 2, 3, 4 e 5 estão dispostos todos os *issues* que se repetiram, exatamente com os mesmas palavras e escalas, ao longo dos anos aqui examinados⁶. Na construção das figuras foram extraídos os valores atinentes a respostas conservadoras nos 13 itens observados. A vantagem principal de trabalhar com essa abordagem é a ênfase em dimensionalidades dissonantes do conservadorismo. Afinal, se existe um avanço, ele se dá em quais aspectos?

Apesar do número de temas não ser extenso, novas informações podem ser obtidas a partir das três dimensões avaliadas. Começando pela área econômica (Gráficos 2 a 5), o suporte dos brasileiros aos mecanismos de liberalização do funcionamento do mercado apresenta evidente baixa se comparados aos anos 1990 ou início dos anos 2000. Salvo na coleta do *World Values Survey* (WVS) – em que não houve alteração brusca –, todos os dados do Latino Barômetro mostram a desconfiança dos eleitores com políticas liberais: pouco mais de 20% avaliam positivamente as privatizações, 10% acreditam na gestão privada do sistema de saúde e, embora com número melhores, a convicção que o mercado pode ser mais conveniente na condução da economia decresceu cerca de 15%.

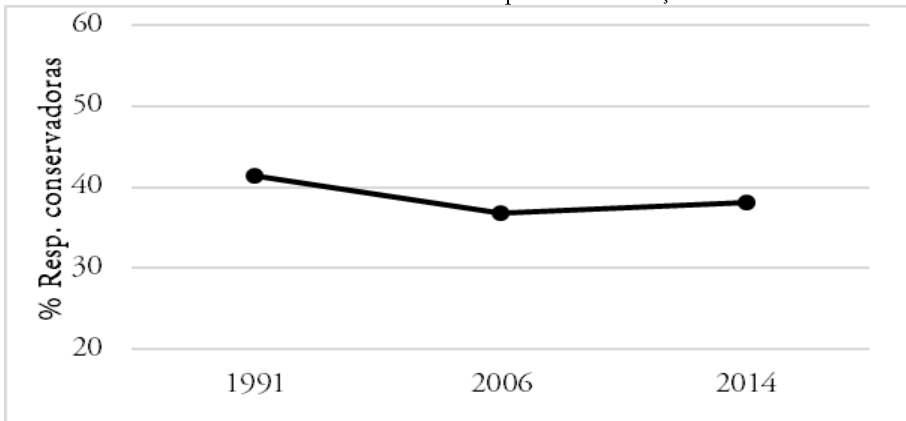
Gráfico 2 – Preferências dos brasileiros quanto à condução dos serviços de saúde



Fonte: Latino Barômetro (1995-2008).

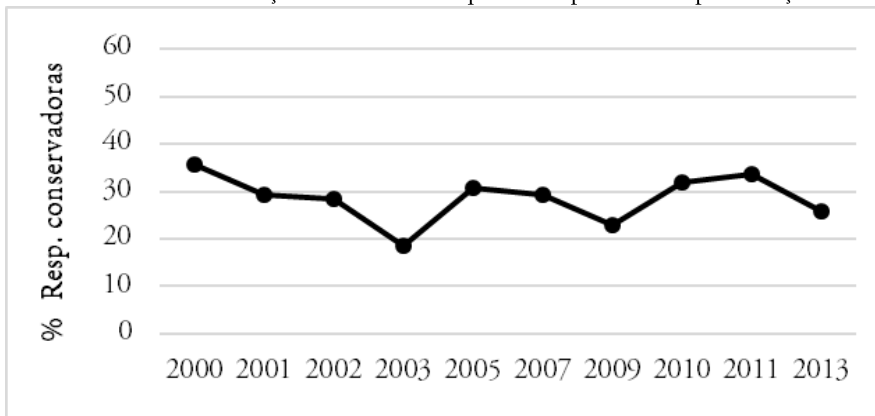
⁶ Foram escolhidas perguntas que tivessem a maior longevidade possível. Dado o caráter contínuo de coleta dos institutos, optou-se por temas presentes nos WVS, Latino Barômetro e Barômetro das Américas (LAPOP). Para maiores informações sobre a operacionalização das variáveis, ver apêndice.

Gráfico 3 – Preferências dos brasileiros quanto à condução da economia

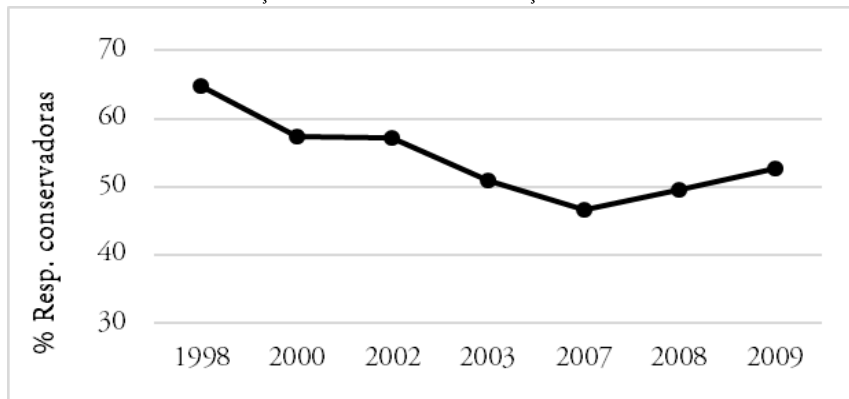


Fonte: World Values Survey (1991-2014).

Gráfico 4 – Predileção dos brasileiros quanto ao processo de privatizações



Fonte: Latino Barômetro (2000-2013).

Gráfico 5 – Predileção dos brasileiros em relação à economia de mercado

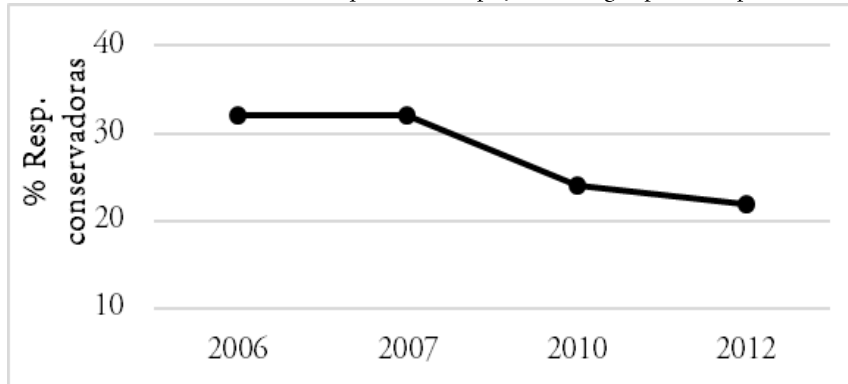
Fonte: Latino Barômetro (1998-2009).

Os temas sociais (Gráficos 6 a 11) anunciam a maior mudança: os brasileiros estão mais afeitos aos homossexuais e à homossexualidade. A parcela que acha a homossexualidade injustificável caiu em aproximados 40% de 1989 até 2014, apenas 10% relatam desconforto em ter homossexuais como vizinhos e a rejeição dos mesmos em cargos públicos igualmente diminuiu. Menos são aqueles que condenam o divórcio e acreditam que “em tempos escassos” os homens devem ter mais direito ao trabalho que as mulheres. A exceção, entretanto, repousa na aprovação do aborto: as taxas de reprovação exibem altos índices e um padrão estacionário, mas com leve tendência ao crescimento.

Gráfico 6 – Percentual de brasileiros que considera a homossexualidade injustificável

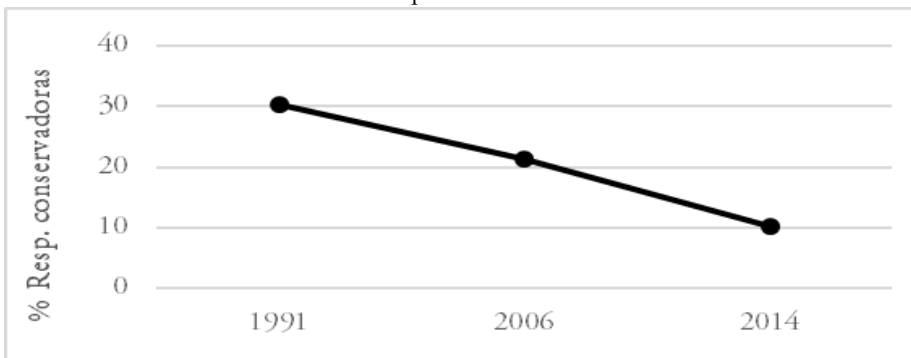
Fonte: World Values Survey (1991-2014).

Gráfico 7 – Incômodo dos brasileiros quanto à ocupação de cargos públicos por homossexuais



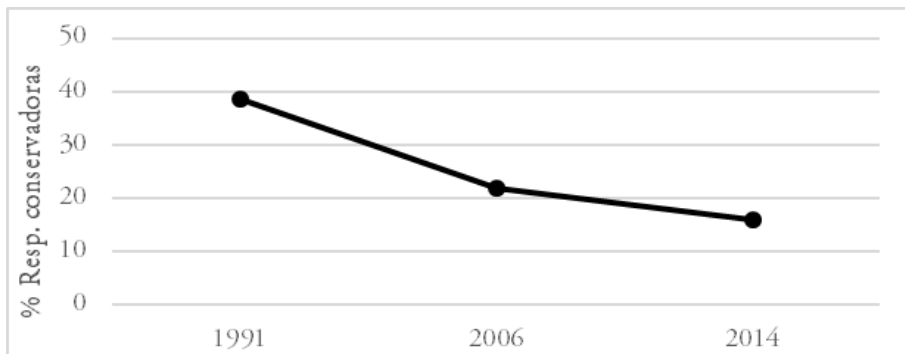
Fonte: LAPOP (2006-2012).

Gráfico 8 – Percentual de brasileiros que se incomodam em ter vizinhos homossexuais



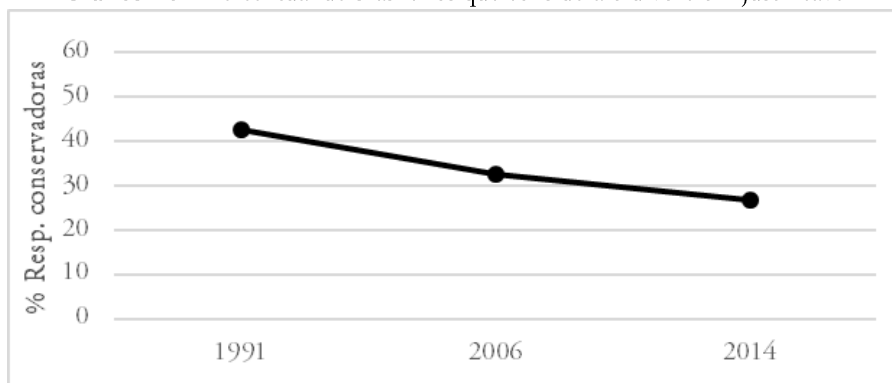
Fonte: World Values Survey (1991-2014).

Gráfico 9 – Percentual de brasileiros que consideram o trabalho uma atividade essencialmente masculina



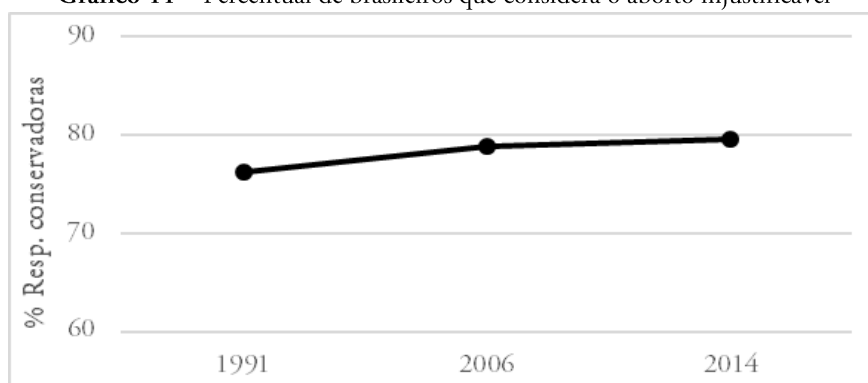
Fonte: World Values Survey (1991-2014).

Gráfico 10 – Percentual de brasileiros que considera o divórcio injustificável



Fonte: World Values Survey (1991-2014).

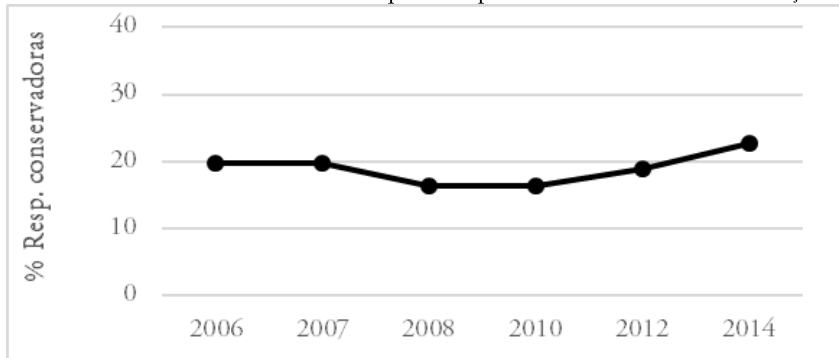
Gráfico 11 – Percentual de brasileiros que considera o aborto injustificável



Fonte: World Values Survey (1991-2014).

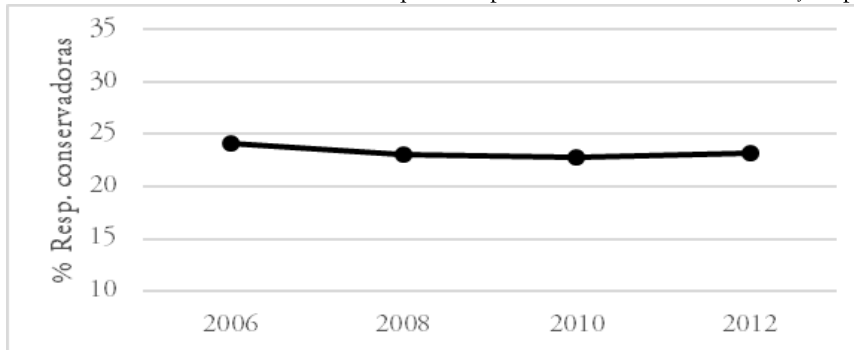
Passados mais de 30 anos da abertura do regime político no país, em termos gerais, existe uma clara preferência da população pela orientação democrática dos assuntos públicos (Gráficos 12, 13 e 14). Cerca de 20% admitem que, em alguns casos, uma configuração autoritária é superior a uma de tipo democrático. No entanto, a média dos que se opõem à abertura política permanece constante dos anos 1990 até hoje.

Gráfico 12 – Concordância dos brasileiros quanto à permissibilidade das manifestações políticas



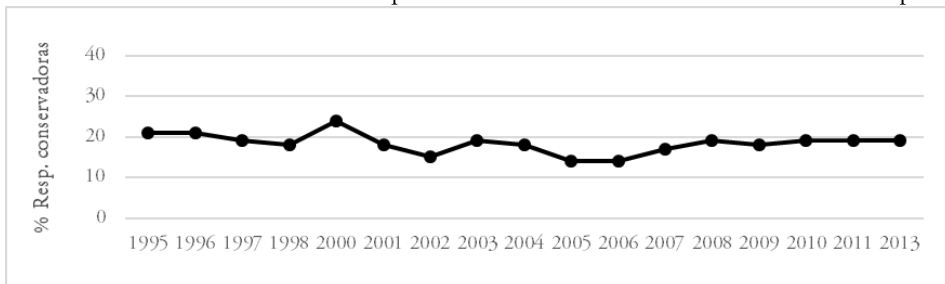
Fonte: LAPOP (2006-2014).

Gráfico 13 – Concordância dos brasileiros quanto à permissibilidade de manifestações pacíficas



Fonte: LAPOP (2006-2012).

Gráfico 14 – Percentual de brasileiros que não considera a democracia o melhor sistema político



Fonte: Latino Barômetro (1995-2013).

Em suma, em nenhuma das três dimensões houve aumento das preferências conservadoras. A estabilidade de um movimento minoritário dos que se opõem à democracia, a maior tolerância em termos sociais e o receio com a adoção de políticas

neoliberais colocam em xeque a ideia de que existe um avanço do conservadorismo por parte dos eleitores brasileiros.

A análise dos 13 temas colocados em perspectiva não é suficiente, no entanto. Ao privilegiar o exame das variáveis expostas, deixamos de lado uma série de fatores que podem inviabilizar um diagnóstico definitivo, destacando mesmo inclinações opostas às demonstradas até aqui. Em virtude dessas insuficiências, adota-se uma medida mais robusta, a TRI, a fim de conjugar diversos dados organizados em série – inclusive os tratados separadamente nas linhas anteriores.

TRI: o conservadorismo como variável latente

Geralmente os estudos que atentam para a variação da opinião pública costumam utilizar o *dyad ratios logarithm*, desenvolvido por Stimson (1991). Aqui, a abordagem aplicada também autoriza a estimação de traços latentes das opiniões, caso do conservadorismo, através de indicadores políticos, econômicos e sociais. Para tanto, o modelo utilizado é uma adaptação da Teoria da Resposta ao Item (TRI)⁷, adequada a lidar com dados agregados. A TRI traz vantagens em comparação com o paradigma proposto por Stimson: estima a distribuição em nível individual, posto que as frequências agregadas são ponderadas a partir das opiniões dos entrevistados; fora isso, enseja a apreciação da tendência central e da dispersão da opinião pública em um contexto longitudinal (MCGANN, 2014). Completando, o modelo compartilha o benefício de se calcular uma variável conforme o acompanhamento de múltiplos indicadores, o que reduz os erros de mensuração vigentes na construção das perguntas (ANSOLABEHERE *et al.*, 2008).

Conforme a recente elaboração de McGann (2013), a TRI também se aplica a contextos dinâmicos. Formalmente, em termos bastante sumários, o modelo de dois parâmetros pode ser expresso inicialmente como:

$$e_{iyq} = \Phi(x_{iy}, \lambda_q, \alpha_q), \quad (1)$$

em que e_{yq} é a probabilidade do respondente i no ano y dar uma resposta

⁷ A TRI foi originalmente concebida como um meio de estimar a habilidade dos indivíduos – um traço latente, não observado de forma direta –, em respostas a testes de questões categóricas (AYALA, 2013). Mais empregada na psicologia e na área de Educação, a TRI na ciência política aparece como substrato de artigos que tentam analisar o ponto ideal do posicionamento de legisladores (JACKMAN, 2001; ZUCCO JR., 2001) e de membros da Suprema Corte Norte-Americana (Martin e Quinn, 2002), o conhecimento político (DELLI CARPINI e KEETER, 1993) e atitudes ideológicas (TREIER e HILLYGUS, 2009).

conservadora à questão q ; e x_{iy} a posição política do respondente i no ano y . Dado que a TRI serve para avaliar também a qualidade dos itens na mensuração, λ_q e α_q representam a dificuldade da questão q e a capacidade que esta tem de discriminar entrevistados progressistas e conservadores. Φ é a função cumulativa da distribuição normal.

Basicamente, a primeira equação estima a escolha dos indivíduos às respostas. Ao atribuir uma distribuição normal aos respondentes, com média μ_i e desvio padrão σ_i , assume-se que os mesmos estão dispostos em uma mesma distribuição de posições políticas. Na sequência, estipula-se o número total de respostas conservadoras, r_{cons} , a uma questão usando uma distribuição beta-binomial, cuja função é autorizar alguma variação estocástica, pois uma pergunta pode ser entendida de formas ligeiramente diferentes em anos distintos. Logo, temos:

$$r_{cons_{yq}} \sim \text{binomial}(p_{yq}, n_{yq}), \quad (2)$$

ou seja, o número de respostas conservadoras esperadas para cada questão q no ano y , em que n_{yq} é o número de respostas relativas a uma das perguntas.

Por fim, vale ressaltar que a estimação do modelo se dá com uma estrutura *bayesiana*, ancoradas em prévias uniformes aos parâmetros β , σ , λ e α , utilizando o pacote *Bugs* para o software R⁸.

Dados⁹

A fim de responder as perguntas acima colocadas, o mapeamento de questões sobre assertivas que provocam o dissenso no eleitorado se faz necessário. Tais formulações envolvem a tomada de posição dos respondentes em assuntos nos quais os mesmos têm a opção de se posicionar à “esquerda” ou à “direita”, manifestarem apoio ou contrariedade a afirmações concernentes a aspectos políticos, econômicos e sociais. A divisão estabelecida pode ser resumida como: as referências políticas envolvem questões relativas à abertura democrática no país, o apoio ao regime militar e a aceitação de manifestações públicas (greves e protestos); a temática econômica pode ser avaliada pela lógica que confronta a gestão dos bens públicos a partir do embate Estado x mercado; e, por fim, aceitação de medidas como o aborto e o casamento homossexual se referem a temas sociais. O objetivo é o exame da variação

⁸ Foram adotadas três cadeias, cada uma com 30.000 interações e um *burn-in* de 15.000 interações. E a convergência devidamente atestada pelos diagnósticos de Geweke e Raftery/Lewis.

⁹ A lista dos dados utilizados, bem como o modelo empregado, está à disposição dos que reivindicarem.

de respostas a perguntas administradas em mais de um ponto no tempo, no período que compreende os anos de 1989 a 2014.

Dado que pequenas alterações na enunciação de formulários *survey* podem provocar um viés exógeno na arguição dos entrevistados, opta-se por manter apenas as variáveis que possuem uma redação idêntica. Vale ressaltar também a exclusão de proposições atinentes à política externa e as que contêm a alusão explícita a nomes de partidos e lideranças políticas expressivas. A seleção de asserções domésticas justifica-se pela diferença dimensional destas para as que envolvem relações internacionais (BARTLE *et al.*, 2011); a retirada das últimas evita um possível viés partidário ou personalista dos respondentes, já que eleitores costumam usar esse tipo de identificação à guisa de atalhos cognitivos (SNIDERMAN *et al.*, 2004).

Tabela 1 – Fontes utilizadas

	Questões		Administrações	
	No.	%	No.	%
Datafolha	28	20.8	42	11.7
Estudo Eleitoral Brasileiro	5	3.8	6	1.7
Fundação Perseu Abramo	9	6.7	9	2.6
LAPOP	43	32.2	130	33.8
Latino Barômetro	33	24.6	148	38.9
World Values Survey	16	11.9	43	11.3
Total	134	100	388	100

Fonte: Tabela baseada em dados de 1989 a 2014 (somente questões nacionais).

A tarefa de obter dados do tipo leva, inevitavelmente, à consideração de múltiplas fontes, conforme listado na Tabela 1. Decerto, a existência de uma instituição central no Brasil para coleta das bases, o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), facilita sobremaneira a empreitada. Afora as pesquisas nacionais, a constituição da estrutura dessa investigação conta, ainda, com a presença de informações fornecidas por institutos estrangeiros – casos do *World Values Survey* (WVS), o Latino Barômetro e do Barômetro das Américas (LAPOP). Cada variável foi sumarizada como um único indicador, usado para calcular a razão entre as respostas à direita e à esquerda do espectro político. No total, foram encontrados 134 itens de reportes agregados, administrados mais de uma vez em cada ano. Disso, se chega a um número final de 360 administrações. Assim, cada linha do banco de

dados corresponde a uma questão administrada, com variações na proporção de respostas conservadoras em cada ano em que o item foi perguntado e no número de respondentes¹⁰.

Resultados

Considerando-se que o interesse da medição é a curva relativa à posição política, as características das questões não serão organizadas em gráficos por problemas de espaço. Os parâmetros do centro político (μ_y e σ_y) podem ser examinados no gráfico 15. Aqui, aparecem as séries estimadas, acompanhadas de seus erros-padrão, indicando um intervalo de confiança de 95% das ponderações anuais. Os anos de 1993, 1994, 1999 e 2011 tiveram de ser retirados da análise em virtude da quase ou total ausência de dados atinentes a questões de posição.

Se comparado a pesquisas recentes realizadas nos EUA e na Inglaterra, a narrativa possível ganha ares de um conto, produzido, contudo, de maneira não linear, sujeito mesmo às rupturas investigadas durante o período em voga. De maneira geral, o movimento da curva, sem muito esforço, fundamenta o reconhecimento de um leve declínio do conservadorismo em tempos atuais – embora uma tendência reversa se anuncie em 2013. Logo, cotejados com duas décadas atrás, os brasileiros andam menos conservadores. Segundo as medidas, o ápice aconteceu em 1990 e o maior arrefecimento em 2012, algo que faz bastante sentido.

No início da década de 1990, não só o país, mas o mundo sofria os efeitos da queda do Muro de Berlim, o grande sinal do fim de uma guerra que atravessou toda a segunda metade do século XX. Por trás da barreira que separava a Alemanha em duas, havia a edificação de um outro tipo de construção, agora de natureza simbólica: o êxito de um pensamento hegemônico, cujo mote repousava na união do capitalismo de livre-mercado com uma suposta liberdade democrática.

O Brasil de então, capitaneado por Fernando Collor, membro de um desconhecido Partido da Renovação Nacional (PRN), se abria à moda do momento, afinando um concerto que unia a privatização de serviços públicos e a abertura do mercado interno ao controle da hiperinflação e da redução da dívida pública. O impedimento do presidente, em 1992, não trouxe grandes alterações no ideário do

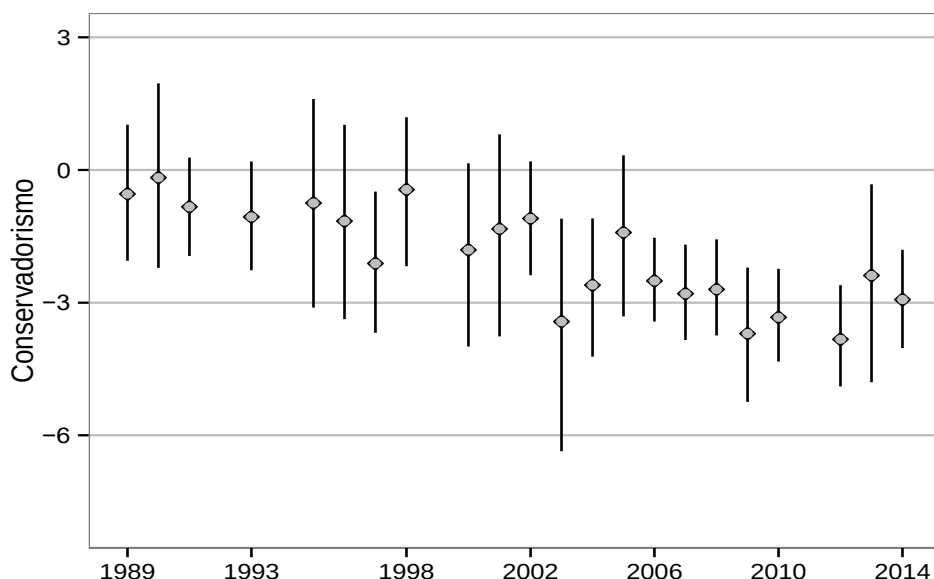
¹⁰ Os números recrutados, sem dúvida, são menores em comparação com pesquisas similares realizadas em países como EUA, Inglaterra e França. No entanto, a avaliação dos componentes reunidos pode oferecer um ponto de partida para a compreensão do avanço do conservadorismo no Brasil.

modelo econômico a ser seguido. A inflação, controlada durante o governo Itamar Franco (PMDB), deu forças à candidatura de seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (MENDES e VENTURI, 1994). Na esteira do sucesso do programa de combate à inflação, o Plano Real, Fernando Henrique (FHC) se tornaria o primeiro presidente reeleito da nova República. E o centro político, no gráfico, evidencia outro movimento de alta.

Os efeitos deletérios do segundo mandato de FHC, envolto em baixos índices de crescimento e altas taxas de desemprego, impediram o ex-presidente de formar seu sucessor, José Serra (PSDB), à época. Por conseguinte, a maioria optou por Lula, que prometia rumos diferentes para a condução da economia. A partir de então, nota-se um descenso do conservadorismo no país, em 2003. O PT não saiu da cadeira da principal do Executivo, mas os dados variaram conforme os acontecimentos da época.

Depois de um pequeno lapso de estabilidade, nova ascensão: desta vez concomitante com 2013, o ano dos maiores levantes populares no país desde o evento dos caras-pintadas, em 1992¹¹. As manifestações que se iniciaram em junho de 2013, organizadas inicialmente pelo Movimento do Passe-Livre (MPL) em São Paulo, cujo mote era o combate ao aumento das tarifas do transporte público, ganharam imensa adesão popular em diversas capitais do país. Se na gestação havia uma pauta definida, o que se viu na sequência foi um aglomerado de reivindicações justapostas, e mesmo contraditórias, entre os milhões de manifestantes que foram às ruas nos meses seguintes. A falta de unidade, entretanto, não conseguiu de todo ofuscar algumas das principais reivindicações daqueles tempos: a indignação com os gastos em eventos internacionais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, a revolta com a baixa qualidade dos serviços públicos e a repulsa à corrupção política em geral.

¹¹ Outra grande manifestação iniciada pelo movimento estudantil, os caras-pintadas pediram o impeachment do presidente Collor em 1992. O movimento baseou-se em denúncias de corrupção levantadas contra o presidente à época. A expressão caras-pintadas se referia ao principal símbolo de atuação dos manifestantes: o rosto pintado com as cores da bandeira do Brasil.

Gráfico 15 – Estimativa do conservadorismo no Brasil (1989-2014)

Fonte: Elaboração própria.

Ainda que seja cedo para afirmar, os levantes de 2013 podem ter dado início a uma nova escalada do conservadorismo no Brasil. Na teoria política, o episódio se adequa ao que Key Jr. (1955) denominou eventos críticos. O conceito introduzido pelo autor faz referência à abertura da cena política a ventos renovadores, cujos sopros estimulam a reorganização das elites partidárias, dos segmentos sociais e dos programas de governo. Dessa forma, as disputas políticas em períodos de grandes acontecimentos ensejam a construção de novas lealdades, ao mesmo tempo em que fomentam um maior engajamento dos cidadãos. Ademais, a instabilidade causada pela perturbação da ordem pública no decurso dos levantes – tema caro aos conservadores, conforme citado em momento anterior –, justifica um olhar atento à variação das preferências nos próximos anos.

Conclusão

Não obstante alguns trabalhos tenham avançado sobre o tema do conservadorismo no Brasil nos últimos anos, a discussão ainda carece de um arcabouço empírico mais robusto. Grosso modo, as pesquisas concentram-se nas

instâncias tradicionais de representação – lideranças e partidos. Pouco sabemos, até o momento, das formas de organização, das redes de interação e dos projetos políticos desse grupamento do eleitorado brasileiro.

Além disso, para melhor compreender o assunto, cabe ressaltar a necessidade do isolamento dessa categoria dentro do espectro da “direita”. Os conservadores são, portanto, *mais um* grupo ideológico desse escopo, e não o *único* ator presente nesse âmbito. Para tanto, é preciso levar em consideração a tese vigente, na qual os cidadãos comuns estruturam suas crenças de maneira multidimensional, e que os múltiplos meios de combinar os diferentes preceitos políticos ensejam uma conformação mais complexa da tradicional divisão esquerda-direita. Em outras palavras, a validade da metáfora espacial não deve ser deixada de lado, mas investigada com maior profundidade, a fim de dar conta dos diferentes matizes ideológicos da população.

Neste artigo procurou-se demonstrar o descompasso entre o avanço institucional de lideranças conservadoras e um possível escalada do conservadorismo por parte dos eleitores. O fenômeno recente, então, repousa em outras bases explicativas, que não as de natureza puramente ideológica. O movimento ascendente da curva em 2013 dá indícios que a balança da luta política pode começar a pender mais para a direita na próxima década, embora qualquer certificação do tipo seja por demais prematura.

O modelo final utilizado, uma adaptação dinâmica da TRI a dados agregados, deve ser entendido como um passo inicial para a compreensão dos rumos do conservadorismo nos dias atuais. A principal restrição do modelo é, por conseguinte, a falta de capacidade do mesmo em informar empiricamente as causas das variações apontadas. Contudo, a simples certificação dos acontecimentos políticos recentes sugere a adequação do desenho de pesquisa aos eventos de maior destaque da política nacional nas últimas três décadas.

Por fim, reforçando a ideia de um ponto de partida, esta pesquisa oferece pistas para a análise da congruência entre as preferências políticas de governantes e governados. Como destaca Carreirão (2015), a literatura da ciência política brasileira ainda deve estudos sistematizados a respeito do grau em que os parlamentares efetivamente representam o eleitorado nacional. Desde 2013, “nas escolas, nas ruas, campos, construções”, a noção de um suposto déficit de representação se propaga entre os movimentos sociais e os frequentes ativistas de hoje – à esquerda e à direita. No caso descrito, embora estudos apontem o fortalecimento de um congresso conservador, o exame dos dados de opinião pública em perspectiva longitudinal comprova, ao contrário, o declínio dessa tendência no Brasil. A pergunta que fica

para futuras investigações é, pois, até que ponto existe congruência entre os representantes eleitos e a população em geral.

■ Thiago Moreira da Silva é Doutor em Ciência Política, pela Universidade de Brasília (UnB). É Pós-doutorando no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: moreiradasilvathiago@gmail.com.

Referências

- ALMEIDA, Alberto. A esquerda dos números à direita dos fatos. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, São Paulo, n. 15, p. 112-128, 2001.
- ANSOLABEHERE, Stephen; RODDEN, Jonathan; SNYDER, James. The strength of issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 102, n. 2, p. 215-232, 2008.
- AYALA, Rafael Jaime de. *Theory and practice of item response theory*. New York: Guilford Publications, 2013.
- BARTLE, John; DELLEPIANE-AVELLANEDA, Sebastian; STIMSON, James. The moving centre: Preferences for government activity in Britain, 1950-2005. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 41, n. 2, p. 259-285, 2011.
- BETZ, Hanz-George. The new politics of resentment: radical right-wing populist parties in Western Europe. *Comparative Politics*, New York, v. 25, p. 413-427, 1993.
- BOAZ, David; KIRBY, David. The libertarian vote. *Cato Institute Policy Analysis Series*, Washington/DC, v. 580, 2006.
- CARREIRÃO, Yan. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.
- CARREIRÃO, Yan. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 2, 2015.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.
- COMPARATO, Bruno Konder. Uma direita radical no Brasil? *Encontro da ABCP*, 10., Brasília, 2014.
- CONVERSE, Phillip. The nature of belief systems in mass publics. *Critical Review*, Sidney, v. 18, n. 1-3, p. 1-74, 1964.

- DELLI-CARPINI, Michael; KEETER, Scott. *What Americans know about politics and why it matters*. Yale: Yale University Press, 1997.
- FELDMAN, Stanley; JOHNSTON, Christopher. Understanding the determinants of political ideology: Implications of structural complexity. *Political Psychology*, Lund, v. 35, n. 3, p. 337-358, 2014.
- GIBSON, Edward. Conservative electoral movements and democratic politics: core constituencies, coalition building and the Latin American electoral right". In: CHALMERS, Douglas; SOUZA, Maria do Carmo Campello; BARON, Atilio (Orgs.). *The right and democracy in Latin America*. New York, Praeger, 1992.
- GOLDFRANK, Benjamin. The Left and Participatory Democracy: Brazil, Uruguay, and Venezuela". In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Orgs.). *The resurgence of the Latin American Left*, p. 162-83, 2013.
- JACKMAN, Simon. Multidimensional analysis of roll call data via bayesian simulation: identification, estimation, inference, and model checking. *Political Analysis*, Cambridge, v. 9, n. 3, p. 227-241, 2001.
- KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.
- KEY, Vladimir. A theory of Critical Elections. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 17, n. 1, p. 3-18, 1955.
- KINDER, Donald. Belief systems today. *Critical Review*, Sidney, v. 18, n. 3, p. 197-216, 2006.
- KITSCHELDT, Herbert; HELLEMANS, Staf. The left-right semantics and the new politics cleavage. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 23, n. 2, p. 210-238, 1990.
- LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (Orgs.). *The resurgence of the Latin American left*. Baltimore: JHU Press, 2013.
- LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Orgs.). *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: JHU Press, 2014.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MARTIN, Andrew; QUINN, Kevin. Dynamic ideal point estimation via Markov Chain Monte Carlo for the US Supreme Court, 1953-1999. *Political Analysis*, Cambridge, v. 10, n. 2, p. 134-153, 2002.
- MCGANN, Anthony. Estimating the political center from aggregate data: An item response theory alternative to the stimson dyad ratios algorithm. *Political Analysis*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 15-129, 2014.
- MENDES, Antônio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. *Opinião Pública*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 39-48, 1994.
- MIDDLEBROOK, Kevin. *Conservative Parties, the right, and democracy in Latin America*. Baltimore: JHU Press, 2000.
- MONTERO, Alfred. Brazil: Explaining the rise and decline of the conservatives. In: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Orgs.). *The resilience of the Latin American right*. Baltimore: JHU Press, 2014.

- PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert. Constituency, party, and representation in Congress. *Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 48, n. 4, p. 741-756, 1984.
- POWER, Timothy. *Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. Pensilvânia: Penn State Press, 2010.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP, 1987.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos-CEBRAP*, São Paulo, v.85, p. 83-102, 2009.
- SNIDERMAN, Paul; BULLOCK, John. A consistency theory of public opinion and political choice: The hypothesis of menu dependence. In: SARIS, Willen; SNIDERMAN, Paul (Orgs.). *Studies in public opinion: Attitudes, nonattitudes, measurement error, and change*, Princeton: Princeton University Press, p. 337-357, 2004.
- STIMSON, James. *Public opinion in America: Moods, cycles, and swings*. Boulder: Westview Pr, 1991.
- STIMSON, James; MACKUEN, Michael; ERIKSON, Robert. Dynamic representation. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 89, n. 3, p. 543-565, 1995.
- STOKES, Donald. Spatial models of party competition. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 57, n. 2, p. 368-377, 1963.
- STOKES, Susan. *Mandates and democracy: Neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- TREIER, Shawn; HILLYGUS, Sunshine. The nature of political ideology in the contemporary electorate. *Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 73, n. 4, p. 679-703, 2009.
- ZECHMEISTER, Elizabeth. Left-Right identification and the Latin American voter. In: CARLIN, Ryan; SINGER, Matthew; ZECHMEISTER, Elizabeth (Orgs.). *The Latin American voter: pursuing representation in challenging contexts*. Michigan: University of Michigan Press, 2015.
- ZUCCO JR., César. Esquerda, direita e governo. In: POWER, Timothy; ZUCCO, Cesar (Orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- ZUMBRUNNEM, John; GANGL, Amy. Conflict, fusion, or coexistence? The complexity of contemporary American conservatism. *Political Behavior*, Ames, v. 30, n. 2, p. 199-221, 2008.

*Texto recebido em 28 de junho de 2017.
Aprovado em 21 de julho de 2017.*

Apêndice metodológico

Na escala de posicionamento ideológico, foram usadas perguntas que tipicamente pedem para o respondente se colocar em um dos pólos situado entre esquerda e direita. Para as escalas de 7 pontos (pesquisas da série “Cultura Política”), os valores 1, 2 e 3 foram atribuídos à esquerda; 4 ao centro e 5, 6 e 7 à direita. Nas escalas de 10 pontos (LAPOP e ESEB), codifiquei a esquerda com os pontos 1, 2 e 3; 4, 5, 6 e 7 como centro; e 8, 9 e 10 como direita. Por último, nas escalas de 11 pontos (Latino Barômetro), 0 a 3 como esquerda; 4 a 6 como centro e 7 a 10 como direita.

Para os gráficos de questões de posição foram usados os seguintes itens, todos com a mesma escala e mesma formulação:

Estado conduzindo a saúde: ¿cuáles cree Ud. que deben estar mayoritariamente en manos del estado y cuáles deben estar mayoritariamente en manos privadas? La salud. **Privatizações boas para o país:** Las privatizaciones de empresas estatales han sido beneficiosas para el país. **Economia mercado mais conveniente:** La economía de mercado es lo más conveniente para el país. **Mercado x Estado:** How would you place your views on this scale? 1 means you agree completely with the statement on the left; 10 means you agree completely with the statement on the right; and if your views fall some. **Homossexualidade justificável:** Please tell me for each of the following statements whether you think it can always be justified, never be justified, or something in between, using this card. Homosexuality. **Homossexuais como vizinhos:** On this list are various groups of people. Could you please sort out any that you would not like to have as neighbors? Homosexuais. **Aborto:** Please tell me for each of the following statements whether you think it can always be justified, never be justified, or something in between, using this card. Abortion. **Divórcio:** Please tell me for each of the following statements whether you think it can always be justified, never be justified, or something in between, using this card. Divorce. **Trabalho para homens:** When jobs are scarce, men should have more right to a job than women. **Homossexuais em cargos públicos:** E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o sr./sra aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos? **Manifestações pacíficas:** O quanto o sr./sra aprova ou desaprova que estas pessoas realizem manifestações pacíficas com o propósito de expressar seus pontos de vista? **Manifestações garantidas por lei:** quero que me diga o quanto o sr./sra. aprovaria ou desaprovaria as seguintes ações: A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. **Democracia:** ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo? La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno; en alguns circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democratico; a la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democratico que uno no democratico.